



Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.
Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana.

A FORMAÇÃO DAS FAVELAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE BASEADA NA SEGREGAÇÃO POPULACIONAL E EXCLUSÃO SOCIAL

BRUNA BRUM DE TOLEDO¹

Resumo: O presente artigo se propõe a analisar a formação das favelas no Rio de Janeiro relacionando seu surgimento à pobreza, com a conseqüente criminalização do pobre, que vai para além do estigma de favelado. Parte-se do processo histórico de surgimento e manutenção da favela, pautada na segregação social, na relação com a pobreza e com a exclusão social. Trata-se de uma análise permeada pelo enfoque territorial e social que permite entender de que forma a segregação populacional influenciou no crescimento das favelas e como isto se reflete na dinâmica societária.

Palavras-chave: Favela; Pobreza; Exclusão; Segregação.

Abstract: The present article proposes to analyze the formation of the favelas of Rio de Janeiro relating their emergence to poverty, with the consequent criminalization of the poor, which goes beyond the stigma of 'favelado'. It is based on the historical process of emergence and maintenance of the favela, based on social segregation, on the relationship with poverty and social exclusion. It is an analysis permeated by the territorial and social approach that allows us to understand how the population segregation influenced the growth of favelas and how this is reflected in the societal dynamics.

Keywords: Favela; Poverty; Exclusion; Segregation.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de grande desigualdade social. De acordo com relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), baseado em dados de 2015, ele possui o título de quarto maior índice de desigualdade da América latina e décimo lugar no mundo, tendo o Coeficiente de Gini² de 0,56. A desigualdade está presente em todas as regiões em diferentes escalas e no Rio de Janeiro o Coeficiente de Gini passou de 0,60 em 1991 para 0,62 em

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <Bruhtoledo@hotmail.com>.

² Instrumento usado para medir o grau de concentração de renda que aponta a diferença entre os rendimentos, variando de 0 a 1, onde 0 representa situação de total igualdade e 1 significa completa desigualdade.

2010. Esses dados sobre a evolução da desigualdade de renda em um município considerado desenvolvido traz a tona o descaso por parte do Estado em buscar soluções para tais problemas.

Constitui-se então uma retrospectiva da origem das favelas cariocas, como estes espaços se configuram, se mantém na atualidade com suas adversidades e a análise da sua relação com a pobreza. A condição que se destaca pela insuficiência de renda, mas também é incrementada pelo caráter multidimensional da pobreza, observa-se que os investimentos no Brasil e a distribuição de renda se deram de forma insuficiente não atendendo as necessidades das favelas que se constituíam e hoje já estão consolidadas, concentrando grande parte da população, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, que apresenta inúmeros contrastes e riscos sociais.

Sabe-se que os fenômenos contemporâneos respondem a uma questão estrutural que envolve desigualdade no acesso de bens e serviços, assim como a falta de acesso à riqueza socialmente produzida pela população privada de condições materiais básicas de sobrevivência. Leite (2008) adverte que a pobreza acompanha a história da humanidade e registra que tal fenômeno, analisando seu caráter histórico, compreende-se também seu processo multifacetado que oferece diferentes contornos para os diferentes momentos societários.

Contudo, a grande quantidade de pessoas pobres que aumentava no Rio de Janeiro durante o período da industrialização da cidade, demonstra que grande parte desses indivíduos não era composta por vagabundos e incapacitados para atividades laborais e sim de grandes grupos de trabalhadores, referenciando a pobreza como produto do desenvolvimento industrial na sociedade capitalista.

Parte-se do processo de surgimento e manutenção da favela e a sua relação com a pobreza e com a exclusão social. Esta questão será analisada sob um enfoque territorial e social que permita entender como a segregação populacional influenciou no crescimento das favelas e como isto se reflete na dinâmica societária atual.

2 A FAVELA

A partir de uma definição básica do dicionário da língua portuguesa Aurélio (2010, p.112), favela significa “conjunto de habitações toscas e miseráveis, geralmente em morros e onde habita gente pobre.” Essa definição parte de uma visão urbana precária que transita entre a culpabilização do indivíduo e o desamparo e repressão do Estado no que tange a sua responsabilidade referente às políticas públicas, principalmente nas áreas de saneamento básico, habitação, saúde e educação, direcionadas a esta população.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), a favela é caracterizada como aglomerado subnormal³ que consiste em um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais, que não possuem título de propriedade e pelo menos uma das características relacionadas as irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

Para o Observatório de Favelas (2009)⁴, trata-se de um território constituinte da cidade que possui as seguintes referências no todo ou em parte:

Insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal, principalmente o imobiliário, o financeiro e de serviços; Forte estigmatização sócio-espacial, especialmente inferida por moradores de outras áreas da cidade; Edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, que não se orientam pelos parâmetros construídos pelo Estado; Apropriação social do território com uso predominante para fins de moradia; Ocupação marcada pela alta densidade de habitações; Indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade; Níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho; Taxa de densidade demográfica acima da média do conjunto da cidade; Ocupação de sítios urbanos marcados por um alto grau de vulnerabilidade ambiental; Alta concentração de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas de acordo com a região brasileira; Grau de soberania por parte do Estado inferior à média do conjunto da cidade; Alta incidência de situações de violência, sobretudo a letal, acima da média da cidade; Relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade com forte valorização dos

³ Termo adotado pelo IBGE a partir do Censo de 2010 que trata a favela como algo próximo de uma habitação normal definida em seus padrões, porém abaixo dela.

⁴ O Observatório de Favelas é uma organização da sociedade civil de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos.

Partindo dessas definições, torna-se necessário entender o processo de ocupação das cidades para que possibilite a compreensão do que, de fato, é considerada a favela. Batista (2015) traz a informação que o Rio de Janeiro no século XIX recebia milhares de africanos, mais precisamente entre os anos 1830 e 1850, para comporem a economia escravista do Império Brasileiro tornando-se a cidade com maior população negra do país. Os limites físicos da cidade eram definidos pelas montanhas, prédios e praias, mas também por paróquias centrais cercadas por inúmeros fortes situados estrategicamente junto às terríveis prisões de escravos e às delegacias e quartéis, longe dos centros senhoriais, traduzindo-se num planejamento concreto a fim de evitar possíveis rebeliões.

Os escravos trabalhavam exaustivamente por longas horas fechados em oficinas, fábricas e armazéns praticamente sem janelas e à noite eles eram novamente trancados para dormirem amontoados, por vezes acorrentados, nos espaços destinados aonde as paredes os separavam dos outros trabalhadores da cidade.

Segundo Abreu (1994) a favela no Rio de Janeiro seria anterior à reforma urbana, pois estaria relacionada com a grave crise habitacional e a crise política, desenroladas no final do século XIX. O modo de produção capitalista, através do processo de modernização social e econômica no Brasil polarizou a existência das favelas brasileiras e seguiu aumentando o contingente da classe trabalhadora pauperizada, negligenciada e submetida a condições cada vez mais degradantes na busca por subsistência.

Em 1859, Marx discorria sobre esse processo tão contemporâneo de aumento da desigualdade:

Essa expropriação se faz por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. Cada capitalista mata muitos outros. Paralelamente a essa centralização ou a expropriação de muitos outros capitalistas por poucos desenvolvem-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escalas sempre crescente, a aplicação técnica da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalhos utilizáveis coletivamente, a economia de todos os meios de produção mediante uso como meios de produção de um trabalho social combinado, o entrelaçamento de todos os povos na

rede do mercado mundial e com isso o caráter internacional do regime capitalista, com a diminuição constante dos magnatas do capital, os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração [...] (MARX, 1983, p. 293)

O acelerado crescimento urbano de diversas cidades pelo país, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, é o resultado de grandes transformações ocorridas que vão desde a entrada do capitalismo no país, passando pelo processo de industrialização que geraram migrações internas do campo para a cidade. O processo de expansão do modelo capitalista que abrange as esferas política, econômica e social é o responsável direto pela acumulação de riqueza entre poucos e, concomitantemente, o aumento da miséria, fato este no qual afeta a subsistência dos sujeitos em todas as esferas da vida.

No final do século XIX e início do século XX, as indústrias se multiplicaram na cidade do Rio de Janeiro atraindo a população de diversas áreas que buscava oportunidade de trabalho e melhores condições de vida, dando início às vilas operárias construídas pelos donos das fábricas. No entanto, Zaluar (2006) afirma que devido a grande concentração de pessoas, atraídas por este processo de industrialização, ocorreu uma explosão demográfica que inflou as vilas operárias transformando-se em grandes cortiços e fez com que fossem cada vez mais controladas pelo capital.

Baseado nesses padrões de comportamento, os cortiços eram vistos como um problema que precisava ser resolvido através de controle social. De acordo com a autora, os moradores dessas áreas foram removidos para os parques proletários, considerados como a primeira política habitacional do governo para a população de baixa renda. Então, com a justificativa de controlar as doenças através de campanhas sanitaristas inicia-se a derrubada dos cortiços a fim de limpar a cidade das doenças e vícios que a população moradora dessas áreas era acusada de transmitir. Tratava-se de uma ação populista do governo, porém, identificava-se muito mais com uma política de controle dessa parcela específica da população, que para o governo precisava ser neutralizada.

A partir desse programa de remoção, a especulação imobiliária aumentava o preço dos aluguéis e o custo de vida no centro da cidade e com o crescente empobrecimento da classe trabalhadora que ainda resistia nesses espaços já não era mais possível que essa parcela se mantivesse no centro, tendo como solução a procura por moradias mais afastadas, já que todo o contexto criado pelo sistema capitalista levava a isso. (ZALUAR, 2006)

As periferias, mesmo em condições precárias, eram cada vez mais habitadas e os próprios moradores levantavam as casas em seu tempo livre, sendo a única alternativa de moradia. Não havia fiscalização nem exigências por parte do governo para essas construções, pelo contrário, ele incentivava ao passo que não se colocava na obrigação de promover o bem estar dessa população. Esse processo beneficiava o governo e a elite, pois as ruas e lotes eram criados de maneira clandestina, sem planejamento e sem fazer parte da cidade, logo, não recebiam infraestrutura. A ideia de o governo fechar os olhos para fiscalização dessas áreas visava garantir a desobrigação do Estado em realizar investimentos.

Logo em seguida, Abreu (1994) lembra que o início das obras de construção da Avenida Brasil na cidade do Rio de Janeiro fez com que muitas pessoas do interior do Estado migrassem para trabalhar nesse grande empreendimento. Conseqüentemente esses trabalhadores foram se estabelecendo nas dezenas de novas favelas que surgiam ao longo dessa avenida devido à falta de condições de habitarem nas regiões urbanas centrais da cidade.

A partir do grande aumento populacional e para incentivar a ida da classe trabalhadora para as áreas afastadas, a cidade passou a contar com algumas formas de transporte, como os bondes, para locomoção dos trabalhadores, fazendo com que ocorresse a expansão do espaço urbano em outras extensões da cidade, ou seja, a população que morava nas áreas mais distantes poderia se deslocar para áreas centrais a fim de trabalhar.

Dessa maneira, outras áreas ainda mais distantes também passaram a contar com formas improvisadas e precárias de habitação, já que havia nos bairros mais distantes outras vilas construídas pelos próprios operários. Concomitante a esse processo, a organização dos trabalhadores que se

iniciava passou a ser uma ameaça a estabilidade dos capitalistas levando o governo a fazer algumas mudanças a fim de manter a ordem na área central da cidade.

A visão da pobreza que era advinda de doenças, das supostas vadiagens e promiscuidades, passou a ter novo adjetivo: perigosa. Assim, a população pobre recebia mais esse estigma e seu local de moradia, que agora se constituía nas favelas, passou a ser denominado pela ordem burguesa vigente como também um lugar perigoso e que trazia ameaça à ordem social urbana. No sentido de continuar fazendo presente esse tipo de hierarquia social diante da nova configuração de cidade, o discurso se pauta no processo de civilizar os indivíduos e modernizar o espaço público, o que significa consequentemente a territorialização da pobreza, especialmente no Rio de Janeiro, uma vez que a segregação social passa a ser construída por meio da segregação territorial.

Valladares (2000) traça um caminho de criação das favelas como se fosse uma transformação das senzalas em cortiços e logo após, nas próprias favelas, destacando como elas eram representadas pelo poder público no início do século XX:

O Jornal do Brasil denunciava estar o morro “infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias”. Esta é também a visão expressa por um delegado de polícia: “Se bem que não haja famílias no local designado, é ali impossível ser feito o policiamento porquanto neste local, foco de desertores, ladrões e praças do exército [...]”. (VALLADARES, 2000, p.8)

Com o pretexto de progresso, o governo buscava modernizar os espaços públicos gerando a territorialização da pobreza ao passo que o investimento na civilização da população se dava na direção da ideologia do trabalho. O mundo do trabalho com sua nova lógica de controle buscava absorver a grande massa de libertos pautando-se na disposição e na importância de vender a força de trabalho, criando um contingente de assalariados fundamentais para o processo da industrialização. A civilização era entendida como contraponto de vagabundagem e pressupunha integração a uma nova ordem produtiva a fim de garantir essa lógica do trabalho assalariado, onde era conferido ao trabalho um sentido enobrecedor, vinculado a honra e a liberdade. O pobre, nesse

momento, era identificado como o indivíduo não possuidor de trabalho, também chamado de vadio e que estava permanentemente sob a mira da polícia. Já o indivíduo civilizado era o trabalhador, que poderia ser reconhecido pelo status de cidadão.

Nos anos 30 a favela estava presente no tecido urbano, mas ausente das estatísticas e dos mapas. A partir dos anos 40, as favelas passaram a ser alvo de preocupações oficiais por serem vistas pelo Estado como ocupações permanentes e que, de dessa forma, necessitaria de planos por parte do poder público. Em 1948 foi realizado um censo de favelas no Rio de Janeiro e assim os moradores passaram a entrar nas estatísticas populacionais da cidade. Somava-se 105 favelas e quase a metade delas situadas nos subúrbios, com predominância de negros e migrantes vindos dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. (ABREU, 1994)

Durante o período militar foi incrementado esse modelo de desenvolvimento do país que incentivava a industrialização e ao passo que obtia êxito no crescimento econômico, acelerava o processo de desigualdade social e segregação territorial das favelas. Nos anos 70, a crise econômica mundial influenciou a economia brasileira, e com apoio da mídia e em seguida de boa parte da população, foram destruídas diversas favelas planas que ainda resistiam nos grandes centros, sendo a única alternativa para esta população a construção de suas moradias através do crescimento vertical nos morros. (VALLADARES, 2000)

Na década de 80, os setores produtivos estagnaram gerando alta inflação e acarretando no aumento do exército industrial de reserva. A autora ainda discorre sobre o salário mínimo, que há algum tempo se deteriorava por não acompanhar a sobrecarga de trabalho imposta aos que ainda possuíam emprego, através de extensão da jornada de trabalho e também mobilização de crianças em idade escolar, aposentados e idosos. Dessa forma, alguns autores como LEITÃO (2009, p.39) a partir dos diversos fatores como o aumento da taxa de desemprego, o subemprego e a inexistência de uma política habitacional, passam a considerar o termo “nova favela”, proveniente das novas configurações observadas a partir dos anos 80 quando o espaço passa a ser moradia, inclusive, de boa parte da classe média empobrecida

neste processo. Ele também cita certas mudanças na favela, vistas como pequenos avanços na infraestrutura dessas áreas, como saneamento básico e energia elétrica. Algumas mudanças passam a reproduzir o consumo da dita classe média, como o comércio e serviços de restaurantes, bancos, academias de ginástica, entre outros. Torna-se possível, a partir de então, ter uma visão da favela não só como moradia, mas como um ambiente que movimentava diversos mercados lícitos e ilícitos, que presta diferentes serviços, sendo adaptados às novas necessidades da população local.

De acordo com o IBGE (2011), o Censo do ano de 2010 identificou a população total do estado do Rio de Janeiro com 15.989.929 habitantes, sendo que 12,6% moravam em favelas, totalizando o número de 2.023.744 habitantes. Considerando outras grandes cidades brasileiras, no município do Rio de Janeiro é onde ocorrem os maiores crescimentos populacionais de parcelas moradoras de favelas, segundo o instituto. Porém, mesmo tendo concentrado uma boa parte da população do estado, historicamente e com ajuda da mídia, a favela foi mantendo em sua identidade as diversas características negativas que vão desde seu espaço físico segregado, até o estigma social dos próprios moradores identificados como violentos e potencialmente perigosos.

Para desenvolver a ideia de integração com a cidade, o Estado pressupõe determinadas práticas que são apresentadas como medidas de segurança, sendo elas a repressão policial e militarização do cotidiano.

Nos anos 90, o recrudescimento das desigualdades fez com que as manifestações da questão social se aprofundassem, ou seja, com o aumento da pobreza ocorrem diversas mudanças nas condições de vida da população mais pobre, assim como o incremento da violência, tendo como uma das consequências o acirramento da violência urbana. Mesmo que existam políticas públicas de urbanização das favelas e melhorias dos serviços públicos, a maioria das que são adotadas direcionam-se para a segurança, com intenso regime policesco e caráter repressivo aos moradores. Embora haja relação de estreita associação da violência com o tráfico de drogas na favela, não se pode também atribuir a ele exclusividade dessa generalização.

3 A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL

O Relatório do Banco Mundial⁵ dos anos 2000 caracteriza a pobreza em três eixos: a falta de recursos e renda para atender necessidades básicas, incluindo educação e saúde; a falta de voz e poder nas instituições estatais e na sociedade e a vulnerabilidade a choques adversos e exposição a riscos, combinados com uma incapacidade de enfrentá-los.

Sposati (1997), afirma que a pobreza possui um conceito relativo. Mesmo refletindo diferentes hábitos, costumes e valores com a globalização tudo se aproxima de uma medida comum. Segundo ela, para se conhecer os níveis de pobreza utilizam-se medidas quantitativas comparativas que demarcam camadas sociais dos mais baixos padrões de vida, remetendo à questão da desigualdade.

Se, anteriormente, havia vinculação da pobreza à vadiagem, a partir do processo de industrialização grande parte da massa urbana já não conseguia se inserir no mercado de trabalho, fazendo com que fosse desconstruída a percepção da pobreza como responsabilidade única do sujeito que não quer se submeter ao trabalho. De acordo com Valladares (2000) a população pobre passa a ser compreendida enquanto massa de excluídos, marginalizados, com direito restrito de participação no sistema econômico e, no máximo, acesso a subempregos. Diante deste contexto, o termo “favelado” torna-se sinônimo de pobre.

No entanto, Leite (2011) afirma que a inserção dos trabalhadores na indústria não significava que a sua condição de pobreza havia sido superada e sim que a acumulação de riquezas por parte dos donos dos meios de produção fazia com que as privações desses operários fossem cada vez mais severas e injustas.

Existem outros estudos que tratam a pobreza para além das dimensões econômicas, como por exemplo, através do conceito chamado “Pobreza Política”. Neste campo, Demo (1998) identifica a pobreza como privação de cidadania e a apresenta de duas formas: “não ter e não ser”. A primeira forma se refere à lógica material e a segunda estaria ligada à ordem imaterial. Ainda

⁵ Seminário Internacional de Sistemas de Proteção Social. Brasília. 2009

de acordo com o autor “é pobre também a pessoa que vive em estado de manipulação, ou destituída da consciência de sua opressão, ou coibida de se organizar em defesa de seus direitos”. (DEMO, 1998). A questão da pobreza política relaciona-se à falta de participação dos indivíduos na construção histórica da sociedade e seu desconhecimento dos direitos perante as desigualdades sociais.

Desse cenário com graves problemas, a violência urbana surge impactando a vida dos moradores, engendrada no contexto em que a classe dominante oculta os fatores determinantes, essenciais para se entender como essa violência se constitui e como ela afeta essa população. De acordo com Abranches (1985):

Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção: destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso as oportunidades de emprego e renda; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania que incluem garantias à subsistência. (ABRANCHES, 1985 p. 54)

O autor aborda as dimensões da pobreza quando faz referência aos direitos em relação à cidadania e questiona os mecanismos e parâmetros que a definem exclusivamente através dos níveis de renda. Dessa forma, classifica a pobreza em duas dimensões, sendo uma chamada de estrutural, que seria a forma que persiste nos diferentes contextos históricos e a dimensão cíclica, que se agrava com o aumento crescente do desemprego na sociedade capitalista.

Segundo Leite (2011), a desigualdade no acesso aos bens e riquezas, socialmente produzidos, que gera grupos populacionais privados de condições materiais básicas de sobrevivência não é um fenômeno novo. Para ele, pode-se dizer que a pobreza passa a existir desde as primeiras formas de exploração, seja na sociedade escravista ou feudal.

Porém, o fenômeno do pauperismo, que ocorre a partir do processo de industrialização iniciada na Inglaterra no século XVIII, constituiu-se como novo. Netto (1997) afirma que:

Se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era

radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. (NETTO, 1997, p.153)

Nas sociedades anteriores à burguesa a pobreza estava relacionada à escassez, mas é no âmbito da sociedade capitalista que esse fenômeno se torna complexo e persistente. Ele se agrava durante o processo de desenvolvimento das forças produtivas e na relação de exploração do capital, ou seja, no quadro onde a tendência era reduzir a situação de escassez. Dado seu caráter histórico, compreende-se a pobreza como um processo multifacetado com diferentes contornos de exclusão em cada momento da sociedade.

O conceito de exclusão social empregado por Leite (2011) é utilizado para se referir aos problemas sociais e econômicos associados à globalização, como precarização do trabalho, subemprego, inserção econômica, política e cultural. Identifica como um mecanismo que priva determinada parte da população dos seus direitos sociais, excluindo-a das oportunidades econômicas, sociais e culturais. Nesse sentido, pode-se dizer que a exclusão complementa, mas também extrapola o conceito de pobreza.

Fleury (2004) afirma que grande parte dos estudos econômicos e políticos voltados para a discussão da pobreza a definem como questão de desigualdade e não fazem seu discernimento da exclusão. Cabe ressaltar a diferença entre os dois termos, considerando “a desigualdade um fenômeno socioeconômico, enquanto a exclusão é um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização”. (FLEURY, 2004, p.11) Identifica-se assim que o limite extremo da exclusão pode se referir ao extermínio de uma população, enquanto o limite da desigualdade remete a sua escravidão.

A estigmatização imposta ao pobre, segundo Wacquant (2007), se consolida nos países capitalistas devido a grande desigualdade gerada pelo sistema, trazendo consequências graves para as relações interpessoais dentro da sociedade. O peso do estigma também gera exclusão, pois enraíza o preconceito e a discriminação desenvolvendo a noção de desvalorização do ser humano pelo aspecto material de não ter o necessário para participar da vida em sociedade.

Uma face da exclusão é de base territorial, constituída nas áreas de favela e relacionada ao desrespeito ou a negação dos direitos que deixam de garantir mínimas condições de vida aos cidadãos, assim como a participação em redes de instituições sociais e profissionais (ROLNIK, 1999). Essa exclusão ocasiona riscos e inseguranças que são retratados na dificuldade de encontrar trabalho, assim como a escassa oportunidade educacional e cultural. Devido à restrição, dificulta também a utilização de alguns recursos que poderiam ser utilizados legalmente para subsistência dessa população, como a possibilidade de valer-se da própria casa para geração de renda, visto que a maioria das moradias é ilegal e seu uso proibido pela esfera municipal. Ainda com Rolnik (1999), os chamados territórios excluídos se formaram sem controle ou assistência, ou seja, sem a presença efetiva do poder público. No seu desenvolvimento, poucas foram as necessidades atendidas e ainda de forma precária e diferente do restante da cidade. A privação, dessa parte da população, de suas necessidades básicas faz com que esses moradores acreditem que suas vidas possam valer menos que as outras. Ela aborda também o crescimento da cidade do Rio de Janeiro, juntamente com a urbanização e observa que a exclusão social na cidade se pauta no aprofundamento das desigualdades sociais numa espécie de reprodução da pobreza urbana, apontando duas dimensões desse processo: uma global, que impõe padrões de consumo e uma local, que reproduz a desigualdade social com novos conteúdos. O excluído ocupa lugar à margem da sociedade de consumo, visto como ameaça à manutenção da ordem, da segurança.

Para Wacquant (2007) existe uma violência que vem de cima, ou seja, aquela praticada pela elite através do Estado, que age de maneira estrutural por meio de transformações econômicas, sociais e políticas resultando na polarização das classes. Quando somada à segregação racial e étnica promove a dualização da cidade, traduzindo-se na marginalização do pobre. Proveniente desse contexto, a representação social que vincula a negritude e a pobreza à criminalidade, faz nascerem políticas racistas de criminalização e extermínio, advindas do aparelho de justiça e segurança estatal, que são marcados pela repressão e autoritarismo.

Na virada do século XIX para o XX as relações sociais não restringem a condição de pobreza somente ao sujeito que não trabalha e o aparato estatal desenvolve um processo de criminalização da vadiagem no Código Criminal. Como todos os chamados vadios eram conseqüentemente pobres, o que se percebe é a clara intenção de criminalizar a específica condição de ser pobre. Valladares (2000) discorre sobre esse assunto:

Eram considerados vadios aqueles que não possuíam ocupação honesta e útil de que pudessem subsistir. [...] a vadiagem, a ociosidade e a pobreza em suma, eram, pois concebidas como de responsabilidade individual. O pobre ou vadio assim o eram porque se recusava a vender sua força de trabalho no mercado capitalista, opondo-se a acatar a ética do trabalho. (VALLADARES, 2000, p. 87)

O contexto de exclusão imposto à sociedade brasileira traz a violência como instrumento de operacionalização do modelo de organização social, sendo um traço da nossa formação que não pode ser ignorado. Com advento do capitalismo e sua conseqüente desigualdade econômica, Foucault (2000) cita o crime contra o patrimônio como fenômeno social moderno onde os pobres se configuram como os criminosos. Esse tipo de crime deixa de ser exceção para ser regra na sociedade capitalista, que por sua vez se encontra na posição de disseminadora da visão que os trabalhadores eram a classe perigosa. No movimento em que cria o vínculo da pobreza com a criminalidade, o Estado entende ser necessária a atuação junto à polícia nas áreas empobrecidas, objetivando manter o controle dessa população através de práticas punitivas. Wacquant (2007) identifica que a lógica punitiva passa a ser uma das principais intervenções do Estado, norteadas pelo neoliberalismo, em relação à pobreza. Considerando os trabalhadores pobres sem possibilidades de serem reinseridos no mundo do trabalho, eles são alocados na dinâmica da prisão-segregação. Cabe ressaltar que esse contingente de desempregados pobres, que não gera mais lucro na produção para o capital, movimentam o mercado da segurança pública, assumindo papel de destaque na intervenção punitiva do Estado que se retrai enquanto garantidor de direitos e que, ao invés de tratar as expressões da questão social por meio de políticas sociais, concentra a atuação nas práticas interventivas da polícia.

No contexto contemporâneo de gestão da população pobre e desempregada e do recrudescimento da ofensiva punitiva direcionada a essa parcela pelo Estado, interpreta-se as relações sociais através de uma moralidade dominante e de individualização. Wacquant (2007) afirma que as periferias e as prisões pertencem ao mesmo tipo de organização, pois ambas são criadas para aprisionar o sujeito pobre conferindo-lhes um confinamento forçado, sendo assim, o autor define as periferias e favelas como prisões sociais, já as prisões carcerárias como favelas judiciárias.

Como já foi visto anteriormente, a favela é identificada como lugar de coação, estigma, segregação territorial e institucional, sem estrutura e acesso a bens e serviços, mas com a função de proteger o cidadão de áreas privilegiadas, do perigo e da poluição visual. Wacquant (2007) realiza um comparativo do papel da favela com a cadeia que também acaba por seguir o mesmo objetivo do Estado de excluir para limpar a sociedade. No caso dos moradores das favelas, é cada vez mais cerceado o direito a ter acessos aos bens e serviços. A periferia cresce de forma desenfreada frente à omissão do Estado e a falta de políticas adequadas e nota-se o conseqüente aumento na população carcerária.

No objetivo de analisar especificamente o Rio de Janeiro, Batista (2015, p.42) observa que a cidade tem sido “laboratório de experimentos do mercado de segurança pública”. No século XX foi produzido um discurso voltado para política criminal de controle da população negra e as ruas da cidade tornaram-se palco de resistência e também de projetos autoritários que transitavam entre a violência aplicada no período escravagista, nos projetos de criminalização dessa população e da patologização do lugar destinado ao pobre. Na conjuntura já analisada encontra-se o enraizamento da questão criminal que culmina com uma experiência que pode ser considerada uma das maiores nesses termos da onda punitiva contemporânea.

Batista (2015) analisa que a Unidade de Polícia Pacificadora⁶ (UPP) é divulgada pelo poder público e pela mídia como sendo de policiamento

⁶ As Unidades de Polícia Pacificadora fazem parte do Programa de Segurança Pública implantado pela Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, com a primeira unidade instalada em 19 de dezembro de 2008 no morro Santa Marta em Botafogo, zona sul da cidade. Disponível em www.upprj.com

comunitário, mas na verdade representa uma polícia militarizada que ocupa determinadas favelas, inicialmente definidas por áreas estratégicas, seja devido aos grandes eventos realizados na cidade ou de acordo com a resistência dos lugares.

Desde a implantação, as UPP's sofreram severas críticas relacionadas a pretensão de gerir a vida cotidiana dos moradores e nos últimos anos vem contando com problemas cada vez maiores, principalmente relacionado aos abusos contra a população negra. A polícia acabou por se tornar sinônimo de repúdio e estigma de criminalização que essa parte da sociedade sofre, pois além de ser quem protege a classe dominante e a afasta das classes perigosas, ou seja, a pobre, a entidade policial agindo com violência torna-se incapaz de cumprir outro papel dentro e fora das favelas que não seja o repressivo. Todos os conflitos sejam eles pequenos ou grandes, que envolvem a relação histórica truculenta entre a polícia e as favelas no Rio fazem o seu dever profissional ser entendido como antagônico na sociedade ao passo que protege poucos, criminaliza outros.

Nesse exemplo de sociedade ocidental capitalista, o mecanismo de influenciar e conduzir o comportamento dos indivíduos assim como a interferência em suas relações através de formas disciplinares e de poder, de acordo com Foucault (2000), objetiva beneficiar o sistema ao passo que qualifica e amplia forças e aptidões potencializando a produção e não somente a fim de controlar a população. Ao associar desenvolvimento econômico, equidade e democracia, confere-se maior importância ao papel de desenvolvimento de capacidades individuais e sociais do sistema de proteção social, questão que se torna uma preocupação no sentido de elaborar políticas públicas integradas de enfrentamento a pobreza.

No entanto, Wacquant (2007) relembra que, quando essas políticas sociais são elaboradas dentro da lógica neoliberal podem trazer como consequência para a população usuária, estigma e criminalização. A decadência do Estado social e consequente ascendência para o Estado penal geram transformações que complementam a institucionalização de um governo que possui como base a violência praticada contra os pobres pelo fato de sua origem e condição social, ou seja, pelo simples fato de serem pobres. Observa-

se que as políticas promovidas continuam saindo de uma guerra contra a pobreza para travar uma guerra contra os pobres, onde os direitos sociais são aplicados de maneira a não respeitar as condições dos usuários reforçando o ideal de punição.

4 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi destacar que grande parte da população brasileira, especificamente os moradores das favelas e áreas periféricas do Rio de Janeiro sofrem privações relacionadas à sua condição de moradores dessas áreas empobrecidas. As favelas são definidas na perspectiva de ausência e em uma apreensão geral, identificadas como um espaço destituído de infraestrutura urbana, com péssimas condições de vida, onde se encontra ambiente propício para a pobreza se desenvolver atingindo também os trabalhadores. É particularmente nesse momento que se faz a relação entre pobreza e criminalidade construindo um modo de intervenção estatal opressivo sobre as classes desfavorecidas sendo impossível dissociar as condições econômicas e sociais da criminalidade.

Zaluar (2006) afirma que a cidade que deveria ser para todos acaba sendo um espaço cuja articulação é determinada pela condição de vida de cada um, definida conforme o que é oferecido à população que busca entre as alternativas possíveis formas de manutenção de seu próprio espaço. As favelas se ampliam nas peculiaridades históricas, na carência de investimentos sociais e culturais que demarcam a segregação urbana e reproduzem a exclusão social de seus moradores. O que vai além desse descaso é a maneira como as políticas públicas implantadas no modelo neoliberal adquirem características punitivas e estigmatizantes para a população beneficiária. Tem como face principal aprofundar o que existe de mais perverso como a pobreza, a exploração e a potencialização das desigualdades.

O processo de acumulação de riqueza de poucos e o conseqüente aumento da miséria se deve à expansão do modo de produção capitalista que abrange as áreas da economia, política e social interferindo diretamente na forma de subsistência da população. No entanto, não é simples e imediato

conseguir efetivas mudanças na condição de vulnerabilidade em que se baseia a pobreza historicamente instituída no Brasil. O processo agrega aspectos políticos que demandam planejamento, elaboração e integração de políticas estruturais que atendam as diversas necessidades da população em tela.

Conceitualmente, a pobreza trata-se da expressão direta das relações de contradição da sociedade vigente no sentido de produção e reprodução de desigualdades, constituindo mecanismos diversos que fazem com que a população pobre não saia do lugar que o Estado capitalista a colocou. Abordar essa dinâmica traz a tona um universo marcado por revoltas silenciosas advindas da opressão sofrida, da humilhação e da alienação e, sobretudo, da busca por sobrevivência em uma sociedade que fecha os olhos para as mazelas sociais.

REFERÊNCIAS

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2010. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/favela>>. Acesso em: 30 out. 2017.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO. **O que é a favela, afinal**. Coletânea de Textos, 2009. Disponível em: <<https://observatoriodefavelas.org.br/wpcontent/uploads/2013/09/o-que-é-favela-afinal.pdf>> Acesso em: 26 dez. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/default_informacoes_territoriais.shtm>. Acesso em: 27 dez. 2017.

ATLAS BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/rio-de-janeiro_rj>. Acesso em: 26 jan. 2018.

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Os Despossuídos: Crescimento e Pobreza no País do Milagre**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ABREU, Maurício de Almeida. **Reconstruindo uma História Esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio**. São Paulo: Espaço e Debates, 1994.

BANCO MUNDIAL. **Seminário Internacional de Sistemas de Proteção Social**. Brasília: [s.n], 2009.

BATISTA, Vera Malaguti. **Rio de Janeiro: lugar e controle social**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. Campinas: Autores Associados, 2001.

FLEURY, Sonia. **Espaço, Território e Cidadania**: a cidade dos cidadãos. Trabalho apresentado no Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004. Disponível em: <<http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/ACFD527.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. 37 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LEITÃO Gerônimo. **Reconhecendo a Diversidade das Favelas Cariocas**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

LEITE, Izildo Corrêa. **As ações de Enfrentamento da Pobreza e a Origem e as Principais Características da Política Social no Ocidente Europeu e no Brasil**. Pelotas, RS: Sociedade em Debate, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. O Processo De Produção Do Capital - vol. 1. (fragmentos). Rio de Janeiro: Boitempo, 1983.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Cortez, 1997.

ROLNIK, Raquel. **Exclusão Territorial e Violência**. São Paulo: Pólis, 1999.

SPOSATI, Aldaísa. **Mínimos Sociais e Seguridade Social**: uma revolução da consciência da cidadania. Brasília: SAS-MPAS/Fundap, 1997.

VALLADARES, Lícia. A Gênese da Favela Carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Rev. bras. Ci. Soc. [online]**, Rio de Janeiro, vol.15, n.44, out. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

WACQUANT, Loïc. **Punir os Pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZALUAR, Alba. **Um século de Favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.